

A reprodução social do machismo: uma análise dos contextos familiar e escolar

MATHEUS ZAMBRANO PEREIRA; RENATO DURO DIAS.

¹Universidade Federal do Rio Grande - FURG 1 – matheuszambr@gmail.com 1

²Universidade Federal do Rio Grande – FURG – renatodurodias@gmail.com 2

1. INTRODUÇÃO

No que hoje se conhece por “família tradicional brasileira”, ainda há um número significativo de casos em que o pai, sob a arcaica égide idealística de personificação de um chefe, enxerga os outros membros da casa como indivíduos obrigatoriamente submissos à realização de suas demandas e à satisfação de suas vontades individuais. Essa figura dominante acaba por controlar e limitar constantemente através de sanções morais, ou até mesmo agressão física, a amplitude e o desenvolvimento subjetivo dos filhos, especialmente das filhas, sendo os ideais de comportamento e aparência destes corpos femininos determinados a partir de uma perspectiva masculina (BOURDIEU, 2016).

Nessas condições, em uma família em que a mãe/mulher foi construída socialmente na dominação e controle da formação subjetiva enquanto filha na família anterior, o discurso masculino dominante atua opressivamente. Assim, na família atual esta dominação pode existir e operar sem resistência, já que a sua figura feminina, que é também responsável pela educação informal das filhas, herda, de modo inculcado, comportamentos e concepções ideológicas sobre o que/como deve ser o *ser* feminino moldadas pelas restrições e aprovações do sujeito masculino que dominava anteriormente.

Um ambiente nestas condições ideológicas é capaz de reproduzir e fazer escoar às futuras gerações familiares (e ao meio social mais amplo) esse *habitus* (BOURDIEU, 2003), em que são regulados e restringidos os papéis exercidos dentro de casa. Além disso, os modos de ser e ser visto são limitados ao padrão masculino (paterno), isto é, o que é tido como próprio em sua carga ideológica é aquilo que tanto a mãe como a(s) filha(s) são constantemente ditadas a acatar através da reprodução do discurso machista (FOUCAULT, 2010). Uma possível solução para este problema parece ser a suscitação da consciência através do diálogo, feito principalmente no âmbito escolar/acadêmico, onde as concepções machistas são frequentemente carregadas de casa e expostas ao público, a respeito da importância do papel feminino na família e na sociedade como um todo, argumentando sobre a insensatez dos atos que contrariam e invalidam esse caráter igualitário, que perpetuam essa desparatada concepção ideológica de controle e posse sobre o *ser* feminino (SAFFIOTI, 1994).

Nesse sentido, esta investigação pretende problematizar o papel da construção social da família e, assim, debater as relações entre público e privado existentes nos discursos binários homem/mulher, macho/fêmea. Com isso, espera-se contribuir na construção de uma sociedade menos machista e sexista.

2. METODOLOGIA

Este estudo utiliza de abordagem qualitativa e tem como referência a análise documental e revisão de literatura. Discute-se a partir de BOURDIEU (1992, 2003 e 2016), FOUCAULT (2010), SAFFIOTI (1994) e SERAFIM (2010). Esta pesquisa, embora em fase inicial, pretende problematizar dados extraídos de uma entrevista semi-estruturada a ser aplicada em alunas/os de início de curso de Direito em uma Universidade do sul do Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entende-se o comportamento machista como construído e reproduzido socialmente no âmbito domiciliar, que por sua vez é visto como a sede da matriz propagatória dessa violência simbólica (BOURDIEU, 2016). Por certo, a mulher ainda convive diariamente com essa opressão e imposição de valores e desvalores por parte dos pais durante a infância e adolescência, se inserindo inconscientemente como agente nesse processo de submissão. Seja em casa ou na escola, é tocado à mulher reproduzir os papéis de mãe. Desde cedo, ela “brinca de boneca”, encena com “panelas de cozinha” e, enfim, constrói o *habitus* que a domestica no mundo masculino/machista. É preciso reverter essas práticas, principalmente nesses contextos de reprodução.

Por essa razão, o objetivo principal desta pesquisa foi o de agregar visões de diversos autores cujas escrituras eram contempladas pela não aceitação e pelo estudo de mecanismos capazes de minorar esse androcentrismo que se faz ubiquamente presente no meio social.

4. CONCLUSÕES

Embora atualmente em estado preliminar, no porvir este estudo pretende debater os aspectos nefastos que a diferenciação binária sexista acarreta para todos os indivíduos, inclusive aos homens (BOURDIEU, 2016). Esse efeito traduz-se relevante para o Direito (ciência jurídica e poder judiciário) e o campo da educação (SERAFIM, 2010), mas, principalmente, a respeito da necessidade que cada um tem enquanto ser social de tomar parte em atitudes, comportamentos que inculquem/reproduzam o machismo. Portanto, este estudo potencializa aportes teóricos que podem contribuir para construção de uma sociedade mais humana, justa, igualitária e menos sexista.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda., 2003. 6ª ed.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1992. 3ª ed.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: Editora BestBolso, 2016. 3ª ed.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no college de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Editora Loyola, 2010. 20ª ed.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero no Brasil atual. **Revista Estudos Feministas**. Nº especial/2º sem./1994 - Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec.

SERAFIM, F. P. **Revista dos Estudantes de Direito a UnB**, nº 09, 2010, p. 319-313.